



Biograph



TÍTULO: EU ME LEMBRO...: MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA EM NARRATIVAS ORAIS REGISTRADAS NO VALE DO AÇU – RN

Autores: Valdir Moreira da Silva – UFRN/IFRN, (v.moreiradasilva@yahoo.com) e Edna Maria Rangel de Sá – UFRN, (ednarangel1@yahoo.com.br)

NARRAR-SE HOJE

A massificação urbana, tecnológica, científica, audiovisual, o turbilhão da modernidade, nas palavras de Berman (1986, p. 16), a que é submetido o ser humano em seu cotidiano na contemporaneidade banaliza e dissolve a relação do homem com o saber tradicional, com a ancestralidade, com o ato de narrar a vida, de fazer brilhar estrelas nas palavras oralizadas e de contar maravilhas, dissolvendo, igualmente, nossa capacidade de nos surpreendermos com a inequívoca narrativa da existência. Vemos muito, atualmente. A modernidade nos possibilita enxergar muito além e múltiplas possibilidades, além de múltiplos olhares. Mas não vemos muito, nem mesmo nos vemos com clareza nesse turbilhão contemporâneo.

O ato de contar e ouvir histórias que recupera a experiência sublime da percepção do homem sobre si mesmo e sobre seu espaço sociocultural ainda resiste. Há uma tradição que teima e sobrevive na modernidade – ou apesar da modernidade – o que nos leva a considerar a *morte do narrador* a que se referiu Walter Benjamin (1984), como metáfora de um tempo social, representado pela metropolização, cientificismo e tecnicismo de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, que sobrepuja outro tempo social, representado pelo período medievo e pela Idade Moderna.

Perdemos muito de nossa capacidade de nos maravilharmos com a tradição de contar uma história lenta, ouvida à voz mágica de um ancião metucioso na busca da memória do contar: a pressa de viver nos faz perder a essência desses momentos de vida. Para Berman, “A moderna humanidade se vê em meio a uma enorme ausência e vazio de valores, mas, ao mesmo tempo, em meio a uma desconcertante abundância de possibilidades.” (1986, p. 21). Mas ainda é pelo fio da narrativa que ouvinte e narrador manuseiam o tear da história e tecem, juntos, um

tecido invisível, independentemente da intenção ou não de se perpetuar valores e tradições, cujo aspecto inerente é sua invariabilidade pela repetição do passado real ou forjado.

É preciso considerar que os indivíduos, em sociedade, compreendem sua atuação na vivência histórica – ao que Ricoeur (1991, p. 138) cunhou como investigação do *si-mesmo como um outro* – como uma narrativa de si e de suas próprias experiências – individualmente, portanto –, sendo possível descrever a ação humana, na história das sociedades e/ou na história individual e do grupo. Essa narrativa de si, enquanto texto, requer que se imagine o que o texto propõe enquanto bem material da coletividade e como perpetuação do eu na sua singularidade, em seu cotidiano social. As histórias de vida, como narrativas de si, em paralelo com as reflexões de Ricoeur (1991, p.138), podem ser analisadas como uma história fictícia ou, se preferirmos, uma ficção histórica, entrecruzando o estilo historiográfico das biografias com o estilo romanesco das autobiografias imaginárias”. Em última instância, essa interpretação das narrativas de si trata de, antes de compreender a sociedade, reconhecer o indivíduo e sua história na história. Cabe ao pesquisador, em sua contemporaneidade, investigar aí a ficcionalidade e a concretude dos elementos e fatos narrados.

Indo mais além, os narradores orais, sobretudo os que realizam a narrativa de si, recorrendo ao arcabouço da memória autobiográfica, não têm compromisso com a reverência artística e com a estética individualizante da criação, menos ainda com a verdade da história: seus narrares são fonte e fluxo da repetição de si mesmos e de seu grupo social, em uma busca pela manutenção e sobrevivência; apresentam uma relação com o passado histórico, sendo sua narrativa apenas um *ponto* e não um *porto* de partida ou de chegada. Assimilam, assim, certa transculturalidade inerente e inconsciente, pois não se aderem indefinidamente a um lugar no cenário das artes, mas em contrapartida, estão involuntariamente a serviço da enunciação de um grupo, de um lugar, de um espaço. Halbwachs (2003, p.69) afirma que “se a memória tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Em sua primeira definição do que seja uma narrativa autobiográfica, Lejeune (2014, p.16) estabelece que se trata de uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. Daí considerarmos que a autobiografia, como lembrança narrada dos fatos de si, mesmo estando ligada a sentires muito particulares, está a serviço da enunciação de um grupo, pela afinidade e pela contiguidade que mantém com quem narra.

Na contemporaneidade, desde o início do século XX, a difusão do cinema, da fotografia, do rádio e depois da televisão, da impressão de obras literárias em larga escala, da circulação de jornais impressos, um pouco antes, e atualmente, a explosão do acesso à internet e todas as mídias a ela ligadas, transformaram a relação do homem com o narrar e com o ouvir histórias. As narrativas já nos chegam prontas, definitivas, sem lacunas a preencher, cimentadas na frieza da letra, na fragmentação das imagens rápidas, longe do calor da fogueira e do som da voz.

Muitas das narrativas, hoje, que se querem tradicionais, dentro do escopo das novas tecnologias, como teorizou Hobsbawm (2012, p. 17-19), são formas de reinvenção das

tradições, quando elas já não cabem mais na contemporaneidade. As gerações surgidas na era dessa massificação tecnológica e midiática foram arrefecendo a magia da tradição das narrativas orais, por força da explosão da urbanidade, da técnica, das mídias.

Mas a experiência da tradição, em especial a narrativa, pode sobreviver – e sobrevive, parece-me – na contemporaneidade que tudo dissolve, mas que tudo absorve, sob a forma de um provérbio, de uma memória narrativa de família, de comunidade ou de uma região geográfica, e em especial nos relatos de experiência autobiográfica de vida. Relativizando a perspectiva teórica de Berman (1986), a perda da possibilidade e da habilidade de se intercambiar experiências vividas provoca na contemporaneidade a transfiguração – não extinção – da narrativa como um produto exclusivo da voz, processo em que ouvinte e narrador são partes ativas de uma coletividade, de uma experiência comum, em que voz, corpo, gesto, visão se inserem no mesmo espaço conceitual de uma prática artesanal. Daí a raridade da arte da narrativa tradicional oralizada na contemporaneidade em função da máquina tecnicista da modernidade a moer a humanidade do homem pela fugacidade e virtualidade de qualquer experiência.

Na atualidade, pela televisão e pela internet, podemos, através dos inúmeros noticiários em suas múltiplas fórmulas e formas, tomar conhecimento simultaneamente, sem estarmos unidos em torno de uma fogueira ancestral ou de uma manufatura artesanal, e em segundos, sem despende de um longo tempo de ociosidade fértil, de fatos ocorridos não na vizinhança, não na família ancestral, não na colheita da vila, não na procissão ou nos festejos religiosos sazonais, mas em terras longínquas e desconhecidas de outros continentes, mesclando casos trágicos com trivialidades, guerra e viagens presidenciais, violência gratuita, disputas esportivas, revoluções da ciência, entretenimento vazio, ideologia política. Fragmentos e mais fragmentos que, juntos, não constituem um todo; fragmentos pétreos, monolíticos, sem lacunas a preencher, frios ao toque do ouvinte/espectador/leitor.

O encontro com narradores orais do Vale do Açu, na atualidade e em pleno sertão nordestino, busca reforçar que a arte de narrar ainda pode se configurar como a capacidade de o homem trocar e sedimentar experiências vitais e passíveis de serem transmitidas com a naturalidade de sua dimensão utilitária, como ensinamento moral, como sugestão prática, num caso, num provérbio, num exemplo de vida, na memória autobiográfica de um fato vivenciado em particular, mas relativo e inerente ao grupo social.

Mais que *tradição*, essa visita às narrativas orais pode parecer *contradição*. Um estudo nessa direção precisa considerar as transformações da sociedade e como elas afetam as vivências e a memória individual e coletiva e, por conseguinte, como afetam as narrativas orais e a própria tradição de narrar as vivências do indivíduo, de seu grupo, do seu lugar. Vale salientar que, para Halbwachs (2003, p.69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. As narrativas orais autobiográficas, então, devem ser tomadas como representação das vivências sociais coletivas e individuais que têm sua utilidade limitada à singela necessidade individual e coletiva de contar, de narrar as vivências e experiências do grupo e do indivíduo, sem compromisso com o utilitarismo exacerbado, inclusive o de manter uma tradição pétrea e fria. Qualquer teorização nessa direção é invenção de uma tradição, apenas.

MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Paralelamente à história tradicional, científica, metódica e academicista, coexiste outra história, marcada pela ancestralidade, pelo anonimato de seus enunciadores e pela coletividade de seus meios e motivos. Essa história pode ser considerada, nas palavras de Jim Sharpe, como a “história vista de baixo”¹, na qual se resgatam as experiências vividas pela massa da população a partir do seu olhar e não do olhar metódico do historiador. A difusão dessa história ocorre, sobretudo, pelo exercício da oralidade dos indivíduos anônimos; é esse o aspecto de voz sem face que tanto transforma como preserva o legado cultural e histórico dos grupos sociais, construindo uma história paralela que imbrica no enredo o fato, a ficção, a memória e a biografia de quem enuncia.

A memória dos homens e mulheres comuns revela a face contemporânea do enunciatador da história oral que o faz a partir de experiências individuais de caráter autobiográfico (eu vivi), de experiências coletivas (nós vivemos), de experiências de terceiros (ele viveu), amalgamadas ao grupo social (o povo conta); tudo isso imbricado com seus anseios e sentires individuais, os quais têm na memória seu principal artefato. Esse é o perfil da história vista de baixo, pelo escopo do sertanejo, do vaqueiro, do cantador, do lavrador, do curandeiro e benzedor, do andarilho semilúcido, do carpinteiro queimado de sol, do artífice, do sapateiro do forneiro – hoje operário das cerâmicas do Vale do Açu – e do poeta popular, enfim, do indivíduo comum e anônimo.

Um aspecto importante dessa história oral são elementos ficcionais, recriados pelo preenchimento de lacunas sobre o fato, os quais a memória deixou escapar. Assim, faz-se mais árduo o trabalho do pesquisador, já que a investigação deverá se asseverar em demarcar as fronteiras entre o que seja fato histórico e o que seja elemento ficcional. Além disso, a investigação a partir da história oral vista de baixo requer tanto atenção ao objeto quanto à fonte de pesquisa, já que “a história oral tem sido muito usada pelos historiadores que tentam estudar a

¹ De acordo com o pesquisador, a história vista de baixo é aquela em que o pesquisador-historiador investiga o fato histórico a partir da percepção, dos relatos e dos documentos históricos dos excluídos, daqueles que silenciaram ou foram silenciados pelo sistema dominante e, portanto, foram esquecidos pela história dita oficial. SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. (p. 39-63).

experiência das pessoas comuns (...) dos mineiros e dos operários fabris”. (SHARPE In. BURKE, 2011, p. 49).

A memória, ainda assim, é o principal artefato a que recorrem os narradores da história oral para imprimir voz à tradição de relatar o passado individual e do grupo social, transformando imagens de memória em sons, em linguagens, em última instância, em palavras.

Para se construir um panorama mínimo dos contares histórico-memorialístico-autobiográficos da região do Vale do Açu, caminho semelhante ao trilhado por Ecléa Bosi em sua obra *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* (1994) parece eficiente. Nele, a pesquisadora examina exaustivamente a função da memória na velhice tecendo seu estudo por sobre inúmeros pensadores da memória, privilegiando as reflexões de Maurice Halbwachs, que trata da substância social de memória, coletiva e do grupo. (BOSI, 1994, p. 46).

A partir da concepção social e coletiva da memória, presente em Halbwachs (2003), pode-se considerar que as narrativas dos fatos históricos que se perpetuam pelo Vale do Açu têm no trabalho de uma memória social e coletiva seu fôlego para sobreviver, já que a memória também se enriquece com as contribuições externas ao indivíduo. Para Halbwachs (2003, p. 97-98), depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, a memória social e coletiva não se distingue mais das lembranças individuais, amalgamando um arcabouço sociocultural pleno de influências e confluências da história pessoal e do meio em que vive o narrador. É aqui que se dá o preenchimento de lacunas, mais ou menos conscientemente pelo narrador, ao que podemos considerar como ficcionalização de aspectos do fato narrado para dar-lhe maior credibilidade, maior razoabilidade ou para imprimir um caráter mais emocional ao que se narra.

É possível referir que, dentre as diversas formas narrativas – dentre elas as narrativas orais da história pessoal e da história coletiva, suscitadas pela memória –, implica-se certa complexidade em uma rede de influências e confluências entre identidade, cultura, história, memória do indivíduo e memória do grupo social. De todo modo, é pela linguagem que qualquer ato de memória será socializado. Como a linguagem é, em primeira instância, um bem social e coletivo, propriedade inalienável de um grupo social, que inclusive é formador de sua identidade, e é por ela que se externa oralmente ou pela escrita os elementos do que se rememora, então a memória individual, por excelência, é alimentada pela coletividade e a ela alimenta. Essa reflexão

vem de encontro às bases da definição e inter-relações entre memória individual e memória coletiva preconizadas por Halbwachs (2003). Portanto, numa narrativa oral que suscita uma lembrança pretensamente individual, imediatamente se há de encontrar traços elementares da memória do grupo social, memória essa que é absolutamente coletiva, fruto de uma relação de reciprocidade entre memória individual e memória coletiva.

Então, se a linguagem é um bem social, ideologicamente constituído, não podemos nos furtar de reconhecer o processo de rememorar o passado para constituir uma história oral – seja de si ou do grupo social – como um processo naturalmente ideológico. Utiliza-se a palavra oralizada para construir uma identidade, selecionando entre as diversas possíveis histórias a narrar *aquela história* da qual não pode prescindir a edificação do indivíduo e do grupo a que pertence. Burke (2011, p. 15), ao se referir ao olhar que se lança para o passado na construção da *nova história*, afirma que “o relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos”. De fato, não enxergamos o mundo apenas com nossos olhos, mas com o olhar que herdamos de um grupo socialmente constituído. O que Burke (2011, p. 15) esclarece ao afirmar que “nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos”. O olhar do pesquisador, do historiador, do romancista, ao se apropriar da linguagem para narrar a história de um indivíduo ou de um grupo ideologicamente por ele selecionado, não realizará o mesmo processo mnemônico requerido dos que narram suas existências no seio da sociedade em que estão inseridos, mesmo que recorra o historiador/pesquisador a uma memória de sua inserção momentânea e transitória no grupo social.

Com essa reflexão, um paralelo possível e elucidativo pode ser encontrado em obras que revelam a memória (quase sentimental) de um indivíduo (pesquisador/historiador) de sua inserção no meio sociocultural dos personagens que narram. De fato, é esse aspecto que se pode encontrar em boa parte da produção intelectual de Luís da Câmara Cascudo: para além da pesquisa científica exímia, há nela muito do trabalho dessa memória social, coletiva, haja vista suas obras em que a história northeriogrãndense se funde (e confunde, em alguns momentos) a aspectos da biografia suscitados pela memória individual (e sentimental) do narrador/historiador. Em *Vaqueiros e cantadores* (CASCUDO, 1984 p.16), por exemplo, a tênue fronteira entre a

pesquisa social, histórica e antropológica se exígia ainda mais, em prol de uma narrativa quase memorialística, quase sentimental: “Todas as leituras subsequentes foram elementos de comparação. Compreendera a existência da literatura oral brasileira onde eu mesmo era um depoimento testemunhal. (...) Na biblioteca paterna fui encontrando outras formas e espécies da mesma substância que vira no sertão velho”.

Mas a narrativa da história, aí em Cascudo, não tem a voz dos atores da cena histórica, mas a voz da autoridade do historiador, por meio da atuação de uma memória quase afetiva do narrador que esteve na cena histórica, tornando-se coadjuvante dela, o que faz de *Vaqueiros e cantadores* uma narrativa histórica na perspectiva da história vista de baixo, mas não reverberando o eco da voz de seus partícipes, mas imbricando ficção e experiência de um pesquisador, o que não se pode confundir com memória autobiográfica e nem com autobiografia pura.

Vale ressaltar, a partir de Halbwachs (2003, p. 98), que “a memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças”. Isso significa que quando o narrador da história oral lança um novo olhar sobre um fato ou caso rememorado, a memória revelará mais um traço e mais um significado para o ocorrido que se apresentará. E é assim que deve se construir a história dos grupos, dos espaços e dos indivíduos pequenos, a partir das vozes do Vale do Açu.

MEMÓRIA E AUTOBIOGRAFIA

A memória do indivíduo, então, como resultante e resultado da memória do grupo, tem na linguagem a ferramenta para a manutenção da história do grupo social e dos seus espaços. O ato de narrar oralmente é, em especial, um trabalho elaborado de linguagem, que é um produto da própria sociedade. Tanto a linguagem oral quanto a escrita se apresentam como ferramenta fundamental para armazenamento da memória, o que nos leva a concluir que, antes de haver uma linguagem oral/escrita, há uma linguagem de memória (LE GOFF, 1996, p. 12). Ainda

assim, é a palavra, então, que materializa a imagem da narrativa, edificando uma ponte entre quem conta a história, pelo trabalho de sua memória, e quem ouve a história e a registra, como é o caso do pesquisador, a fim de dar-lhe também a perenização da letra, além daquela perenização da memória coletiva. A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder e pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1996, p. 33-34; 39; 46).

É, ainda, a palavra que vai desvelando um mundo de imagens singularizadas por cada um que ouve, vive e, por conseguinte, reconta a história oral. Ecléa Bosi (1994, p. 55), retomando reflexões de Maurice Halbwachs sobre a memória e a interação social, refere que, se lembramos de algo, é porque um outro alguém nos faz lembrar, ou seja, “O maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam”. De forma mais elaborada, a memória coletiva é resultado do processo de interação que uma memória individual sobre um fato vivenciado pela memória individual, porque entre o ouvinte e o quem narra surge uma relação que se baseia em conservar o material narrado: tanto quem narra quanto quem recolhe a narrativa e a registra deseja que uma *verdade* se perpetue. Destaca-se, nessa reflexão, o poder da novidade impressa nas narrativas orais que recorrem à memória. E, diante dessa constante novidade impressa na história oral registrada pela força da experiência memorial de cada narrador, aparentemente, as narrativas não se perenizam, já que parecem ser sempre outra história. Mas é justamente a experiência cultural de cada narrador que impregna a história oral dos fatos, dos indivíduos, dos grupos e dos espaços que enriquece as narrativas da história vista de baixo.

Para Halbwachs (2003), a experiência do recontar demonstra a dificuldade, senão a impossibilidade de reviver o passado em sua exatidão de sensações, mas a possibilidade de recuperar a tradição do grupo social e passa-la adiante, revelando o caráter familiar, grupal e social da memória. A memória, portanto, consiste-se em um veículo eficaz e abrangente para a difusão e perpetuação da história oral, daí a importância de se pesquisar e preservar esse acervo tão etéreo.

O narrador da história oral sempre se valerá de seu repertório *experienciado* para constituir o que narra, enriquecendo o enredo e atualizando a memória coletiva fomentada

com traços de sua memória autobiográfica. Isso porque, nas palavras de Halbwachs (2003, p.69), “se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo”. Portanto, quando ocorre necessariamente a experiência de uma vida, a memória se fomenta do conteúdo do passado individual e do passado coletivo do narrador. Corrobora o filósofo Walter Benjamin (1994, p.105), para quem “a experiência é matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva. Forma-se menos com dados isolados e rigorosamente fixados na memória, do que com dados acumulados, e com frequência inconscientes, que afluem à memória”. Desse modo, é a vivência no seio do grupo e a experiência coletiva e individual do narrador que podem, ainda, promover, pela força perene da palavra, a difusão das tradições do grupo social.

No ato de narrar oralmente a história, ocorre uma interação entre a lembrança individual e a coletiva, produzindo uma espécie de polifonia, nas palavras de Bakhtin (1996), que põe em diálogo os contares antigos, as experiências autobiográficas do contador e outras alheias, recuperadas e atualizadas a partir de diferentes discursos que sintetizam a interação social e a manutenção das narrativas. Daí a prevalência de recorrer-se às diversas vozes do Vale, e não a uma voz de autoridade histórica, por exemplo. Essa perspectiva poderia, talvez, apresentar perspectivas díspares sobre um mesmo fato histórico, de acordo com a posição do narrador no grupo social. Então, são vozes e silêncios singulares e ao mesmo tempo coletivos, recrutados pela força da palavra, aspectos apenas conferidos pelo trabalho da memória, que evidenciam o papel da memória individual na construção da memória, como construção de um acervo de *histórias* e não da *História*, validadas pela memória de todos os membros do grupo, aglutinadas pela oralidade de um narrador.

As narrativas orais que recontam fatos da história dos grupos, dos espaços e dos indivíduos, por mais ficcionais que sejam, angariam elementos da individualidade do narrador e, igualmente, da coletividade do grupo. São elementos da história social e elementos da história autobiográfica que entram em fusão, já que constitui-se a lembrança individual, de modo geral, a partir de elementos não realmente vivenciados pelo indivíduo que narra, mas apropriados e incorporados a partir dos relatos, por exemplo, do grupo familiar e que, posteriormente, tornam-se bens coletivos do grupo e podem se proliferar por diferentes grupos sociais com os quais guardem, o indivíduo ou o grupo familiar, algum contato. Para Halbwachs (2003, p. 51), no

primeiro plano da memória estarão os fatos, os eventos que resultam da memória geral do grupo social, relacionadas à própria experiência de quem narra o fato. Assim, ao traçar as veredas para as vozes do Vale do Açu, cabe investigar os ecos dos elementos da história, os tons da experiência autobiográfica e os sons da ficcionalização – sem perder de vista que estamos diante de enunciados constituídos por e pelas palavras – que imprime a memória à narrativa da história.

Quanto aos aspectos autobiográficos das narrativas orais da história, Phillippe Lejeune procurou estabelecer bases teóricas bastante atuais sobre os gêneros que recorrem a esse recurso de memória em seus contares. Segundo o autor, a autobiografia pode ser tida como “uma narrativa retrospectiva, escrita em prosa, que uma pessoa comum, real, faz de sua própria trajetória, enfatizando a vida vivida e em particular na história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014, p.16). Elaborou, igualmente, a teoria do *pacto autobiográfico*, segundo o que, “para que exista uma autobiografia, é preciso que o autor estabeleça com seus leitores um pacto, um contrato, que ele conte sua vida em detalhes, e nada além que sua vida”. (LEJEUNE apud BRANDÃO, 2008, p. 73-74). Além disso, há que se buscar uma aderência entre o nome do autor (ou narrador oral) do fato com o personagem do que se narra. É a tríade de Lejeune (2014, p.30) na identidade entre autor-narrador-personagem: “o pacto autobiográfico é a afirmação dessa identidade” e que deve ser buscada nas especificidades de uma narrativa oral recolhida junto ao indivíduo que vivenciou determinado fato e que o reconta, recorrendo à memória. O que se espera, ou que se pode se conjecturar, é que o relato autobiográfico deva se basear na premissa de o narrador dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, de imprimir certa consistência e certa constância aos fatos narrados, estabelecendo relações inteligíveis, de causa, efeito entre os episódios do que narra sobre si mesmo, revelando uma busca pela coerência com a *verdade* de sua existência.

A história oral dos grupos e indivíduos comuns não é puramente autobiográfica, mas o caráter autobiográfico, por intermédio da memória das experiências vividas pelo narrador, interfere na perpetuação de uma *verdade* da história dos espaços, dos indivíduos e dos grupos sociais. Então, uma autobiografia não é apenas um texto histórico no qual o autor/narrador oral procura dizer a sua verdade, mas é, antes de qualquer outro aspecto, um texto relacional: o autor pede e propõe ao leitor alguma coisa, sugerindo ao leitor/ouvinte, uma cumplicidade, ou, no

mínimo, certa reciprocidade. Esse caráter relacional entre autor e leitor vem a ser a base da teoria do *pacto autobiográfico* de Lejeune (2003).

Para se caracterizar uma narrativa oral recolhida e registrada por um pesquisador como uma autobiografia, deve-se, antes de outros elementos, verificar que o assunto predominante seja principalmente – e apenas principalmente – a vida individual, a gênese da personalidade daquele que narra (LEJEUNE, 2014, p.17). Contudo, aspectos da vida social não podem passar incólumes, já que devemos validar o papel da memória coletiva, suscitada pelo indivíduo, como material primal na edificação do assunto, mesmo sabendo que o assunto da autobiografia, de forma elementar, é o próprio indivíduo empírico que narra.

Nas narrativas rememoradas em que o entrevistado apresenta um fato do qual tomou parte e que, de alguma forma se coloca como centro do assunto, requer imediatamente a presença da primeira pessoa no enunciado, sob a forma de um *eu me lembro*. Em parte, essa afirmação pode ser confirmada, contudo, há que se avaliar que pode haver uma relação de identidade entre o narrador e o personagem principal sem o emprego do pronome pessoal *eu*. Mas, nas palavras de Lejeune (2014, p.19), é a identidade intrínseca entre narrador e personagem que estabelece a autobiografia como tal. A primeira pessoa pode ser mais um papel desempenhado na enunciação ou, por outro turno, pode ser a personificação de uma identidade ficcionalizada e idealizada por quem narra. A análise da voz narrativa, então, deverá buscar os limites do que é autobiográfico de fato e do que é fenômeno da própria enunciação. Lejeune (2014, p.26) afirma que “é no nome próprio que pessoa e discurso se articulam, antes de se articularem na primeira pessoa. (...) No discurso oral, sempre que necessário, efetua-se o retorno ao nome próprio”. Em uma pesquisa que analisa a textualidade de histórias orais de si, há que se buscar incessantemente uma identidade entre o narrador e a coisa narrada.

Quando se recolhe uma narrativa oral de um fato vivenciado por um indivíduo, não se haverá de encontrar a autodenominação constante e plena no texto oralizado. Mas, por outro lado, a presença de um *eu* como enunciador e a fixação de instâncias narrativas que revelem a participação (ou coparticipação) no fato narrado já podem evidenciar um traço de autobiografia, o que poderá ser aprofundado em uma investigação mais apurada dos elementos presentes na enunciação. Em suma, e reafirmando as palavras de Lejeune (2014, p.27-28), “a autobiografia (narrativa que conta a vida do autor)” – o que podemos relacionar com a vida do narrador da

história oral, que é nosso objeto de estudo – “pressupõe que haja identidade de nome entre o autor, o narrador e a pessoa de quem se fala”. Nas narrativas recolhidas para análise, busca-se mais *traços de autobiografia* do que autobiografias constituídas e estruturadas como tal.

Curioso é que sempre se buscará – quando a identidade entre o narrador e o personagem do que se narra, a partir do *eu me lembro*, for declarada e inequívoca – elementos, traços, aspectos comportamentais que justifiquem certa ficcionalização desse *eu*. Talvez seja uma suspeição indelével própria de nossa investigação; talvez seja mesmo um aspecto relativo ao trabalho da memória; talvez um traço comum de autovalorização da personalidade. Quero dizer que, nas narrativas recolhidas, com traços verificáveis de autobiografia, possivelmente, verificar-se-á um protagonismo do narrador de si, o que é esperado. Contudo, uma ampliação de sua participação e uma supervalorização de suas ações e caráter, entre outros, poderá ser detectável e virá confirmar, por um lado, a ficção em torno de si e, por outro lado, a ratificação de que se está diante de um texto com traços autobiográficos, já que o *eu* se coloca como centro do que narra. Isso vem de encontro ao caráter elementar suscitado por Lejeune (2014, p.30), de que o *pacto autobiográfico* tem como premissa a identidade do nome que aglutina em si autor, narrador e personagem, em um contrato predefinido entre autor e leitor.

Por vezes, no próprio enunciado da narrativa oral, poderá ficar claro esse pacto autobiográfico (estabelecido indiretamente entre quem narra e seu ouvinte) por meio de palavras e expressões como: *essa é minha história; eu vivenciei isso um dia; comigo se passou assim*, entre outras equivalentes. O narrador revela, portanto, que está narrando um fato autobiográfico ao frisar a primeira pessoa ao ouvinte, revelando seu protagonismo. Lejeune (2014, p.31-32) realizou a mesma reflexão, mas sobre a escrita autobiográfica.

A partir desse ponto, na narrativa oral autobiográfica, não haverá – ou não é comum que haja – a inserção e repetição do nome do narrador-autor-personagem, já que está pactuado que quem está narrando é o *eu* da enunciação. Portanto, o personagem não precisa ter o nome repetido seguidas vezes, já que a narrativa é autodiegética, tendo o autor se afirmado idêntico ao narrador.

Um outro problema relativo à identidade de uma autobiografia é que ela deve ser necessariamente referencial. Isto é, deve ter como escopo elementar a realidade e a possibilidade de ser testada e validada pela realidade, como afirmou Lejeune (2014, p. 31) sobre

o *pacto referencial*, “a biografia e a autobiografia são textos *referenciais*: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem fornecer informações a respeito de uma realidade externa ao texto e a se submeter a uma prova de *verificação*”. Assim, um fato da vida de um indivíduo, narrado oralmente por ele mesmo, tendo a primeira pessoa no enunciado, ainda deve ter raízes bem plantadas numa realidade verificável. De forma elementar, por exemplo, imagine-se que um narrador inicia sua fala sobre um fato de sua vida com uma expressão como *aconteceu comigo, quando eu era pequeno e morava em Lajes*. Veja-se que, o simples fato de o narrador se referir a uma cidade já é um elemento referencial verificável: ele nasceu e/ou morou mesmo, quando pequeno, em Lajes? Se a resposta a essa pergunta for sim, já se tem uma pista inicial sobre a realidade da narrativa confirmada pela realidade externa a ela. A partir daí, outros fatores deverão ser considerados para se firmar a veracidade do que se narra.

Note-se que, por outro lado, não é a exatidão que se busca no que o indivíduo narra de si, mas a semelhança com a realidade vivida, com o verdadeiro, ainda que semelhança seja um termo problemático. O próprio trabalho da memória e da autoficção pode ser elemento a impregnar a narrativa autobiográfica de elementos mais ou menos ficcionais, inseridos ao fato propositadamente ou não pelo narrador. O mesmo não se aplica, por exemplo, a outros textos referenciais como os históricos e jornalísticos.

Mas há, ainda, algo mais elementar no que diz respeito à exatidão e à semelhança, termos os quais podem suscitar algo de confuso para se identificar uma autobiografia. Esse imbróglio se resolve, a partir de Lejeune (2014, p.45-49), por meio da noção de *modelo*. Se deve haver, necessariamente, semelhança com a realidade nos textos que remetem à vida de alguém, cujo enunciado narrado é expresso em primeira pessoa, é preciso elucidar que tal semelhança não deve ser qualquer semelhança. Por um lado, há a *exatidão*, que deve se situar nos elementos fundamentais do que se narra; por outro lado, há a *fidelidade*, que se situa na totalidade do que se narra. No que concerne à enunciação da narrativa, a exatidão diz respeito à informação, enquanto a fidelidade se liga à significação global do fato narrado. Assim, um modelo de narrativa que atenda aos requisitos básicos que evidenciem se tratar de uma narrativa de si, de história de vida, de fatos de uma vida, ainda deve atender a um modelo básico: ao se buscar a exatidão no que se narra, está-se diante de uma biografia; se, por outro lado, busca-se a

fidelidade global do fato narrado, está-se diante de uma autobiografia. Essa é uma reflexão ainda sutil sobre o que Lejeune (2014, p.44) teorizou sobre a noção desse modelo.

A semelhança com a realidade, então, é o horizonte que a biografia busca delinear; já a identidade com o real é o que busca a autobiografia. Isso tem relação direta com os agentes envolvidos na enunciação. Ao se escrever a biografia de alguém, figura relevante ou não, o autor dessa biografia – em primeira pessoa explícita ou implícita ou mesmo em terceira pessoa – busca assemelhar-se à realidade de uma vida em nome de uma exatidão, em geral, nunca atingível. Assim, o sujeito da enunciação não será o mesmo sujeito do enunciado, guardando com ele uma relação de mera semelhança, como um artifício da narrativa em nome da exatidão e, mesmo, certa identidade com o modelo referencial extratextual. Por seu turno, para se identificar uma autobiografia, busca-se na análise uma identidade completa e irredutível entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado. A voz que narra é a voz do narrado, guardando com ele uma total fidelidade, uma identidade irremediável. Segundo Lejeune (2014, p.46), “na biografia, é a semelhança que deve fundamentar a identidade, na autobiografia, é a identidade que fundamenta a semelhança”. Assim, nas entrevistas semiestruturadas dessa pesquisa, quando um narrador oral relata um fato por ele vivido, tendo ele sido o elemento central do que narra, utilizando-se a primeira pessoa – *eu me lembro; aconteceu quando eu era criança; eu já passei por isso* – é possível estabelecer uma relação direta com o que Lejeune teorizou e concluir-se que se está diante de uma narrativa que guarda traços indelévels de autobiografia.

Ao se delimitar, então, como ponto absolutamente irredutível na autobiografia a narrativa autodiegética, centrada no *eu* e com total identidade entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, implica-se aqui um outro problema a ser elucidado. A igualdade entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, requerida na autobiografia, não é tão simples. Isso se relaciona com a questão do tempo do que se narra, já que o indivíduo que conta um fato ocorrido consigo, o faz de um determinado lugar no tempo (o presente) sobre um eu que se encontra noutro lugar no tempo (o passado), distante ou próximo. Ora, o sujeito da enunciação, então, não será o mesmo sujeito do enunciado, mas guardará com ele aquela identidade irredutível, não uma mera semelhança, já que o narrador, o autor e o personagem ainda estão intrinsicamente ligados pelo modelo de fidelidade exigidos pela autobiografia. Trata-se de uma questão de autenticidade elementar. Como afirmou Lejeune (2014, p.47), “chamemos de

autenticidade essa relação interior própria ao emprego da primeira pessoa na narrativa pessoal”. Alerta, ainda, que “não confundiremos nem com a identidade, que remete ao nome próprio, nem com a semelhança, que supõe um julgamento de similitude entre duas imagens diferentes feito por uma terceira pessoa”. Se, então, o narrador oral relata um fato de sua infância, o sujeito da enunciação não será exatamente o sujeito do enunciado, já que as emoções, reações, experiências de vida do *eu-autor-narrador* se diferem das emoções, reações, experiências de vida do *eu-personagem*. E o elemento que interfere diretamente nessa relação é, indubitavelmente, a distância temporal entre a ação de narrar e o que é narrado, mas não se perde, contudo, a fidelidade requerida pela autobiografia.

Esse aspecto da atualidade do sujeito da enunciação e a “antiguidade” do sujeito da enunciação se faz interessante ao se analisar as narrativas orais recolhidas no Vale do Açu, já que os narradores se reportam, invariavelmente, a fatos ocorridos em um tempo distante, por vezes demarcado, por vezes, implícito. Daí decorrem os aparentes “problemas” em que a memória autobiográfica pode incorrer em inexatidões históricas sobre o fato, desvios, esquecimentos; mas esses elementos, se forem detectados na análise da narrativa oral de um fato na história real, devem ser considerados como artefatos próprios da narrativa autobiográfica, que não a diminuem ou a denigrem, já que o compromisso da análise das autobiografias não deve ser com a verdade da história, mas com as histórias pessoais na história.

Sobre essa inexatidão dos fatos narrados, Lejeune (2014, p.48) refere que somente em caso de um total embuste narrativo, “uma história claramente *inventada e globalmente* sem relação com a exatidão da vida”, algo que fere diretamente o caráter referencial da autobiografia, a narrativa perderá o fundamento autobiográfico. Isso poderá ser verificado pela história de vida do narrador personagem e mantém-se o valor como narrativa ficcional, mas perde-se o valor como narrativa autobiográfica. Seria o caso de um indivíduo entrevistado na pesquisa narrar um fato como *quando eu estive na região do Seridó*, mesmo sua história de vida confirmar categoricamente que ele nunca esteve naquela região. Esse é mais que um problema de espaço: é um problema de espaço e de sujeito da enunciação, já que não se poderá, em virtude da falsidade do que se narra, encontrar a fidelidade irredutível entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado, que passa a ser uma estratégia ficcional de criação narrativa. Não se pode, então, falar aí em autobiografia, mas em narrativa ficcional – conto, crônica ou romance de uma

vida – que não tem compromisso com a *verdade de uma vida*, mas com as *verdades da natureza humana*. Trata-se, mesmo, de um contrato estabelecido, no caso desta pesquisa, entre o pesquisador (como ouvinte/leitor) com o entrevistado (autor-narrador-personagem), contrato cujo termo essencial é a fidelidade de dizer a verdade de si (LEJEUNE, 2014, p.52-55). Então, na análise de uma escrita/fala autobiográfica, deve-se encontrar, tanto um modo de leitura quanto um tipo de escrita, a partir de um efeito contratual fielmente estabelecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar as narrativas orais – históricas, memorialísticas e autobiográficas – não almejo meramente anexar o objeto de estudo a uma lápide fria da tradição. A maleabilidade das concepções pós-modernas sobre a própria tradição rechaça essa aderência e fixidez teóricas. O pesquisador deve dissolver fronteiras para enxergar além das montanhas rochosas da tradição narrativa, mas compreendendo as narrativas orais na contemporaneidade, em especial as autobiográficas, como transfiguração de um sedimento anterior, não como a desintegração das redes sociais que são, de fato, o aparato que agencia o ato de narrar – seja qual for sua natureza e função – entrevendo-as como uma ação individual e da coletividade humana.

O narrador da história oral reconstrói o fato histórico e as figuras que dele fizeram parte, rememorando aqui e ali, reconstruindo aqui e ali, costurando palavras para preencher as lacunas de memória e remendar vazios com pano brilhante, costurando lembranças reais e fictícias, tecendo elementos autobiográficos, coletivos e históricos. Ao pesquisador da história oral, ao contrário do que possa erroneamente parecer, cabe produzir conhecimentos históricos, científicos, e não meramente gerir e gerar um relato estruturado da vida e da experiência de um ou mais indivíduos.

Já o historiador oral deve ser algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a consequente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais). Cabe-lhe, portanto, um olhar crítico e analítico sobre a história oral, objeto de seu estudo, além de se acercar de um conhecimento teórico sobre o fato histórico narrado, a fim de não se deixar iludir pela severidade

da história oficial nem pela singeleza emocional da imbricação de autobiografia e memória do indivíduo que narra.

De todo modo, todas essas reflexões me remetem ao elementar ponto em que, nesta pesquisa, haverá sempre uma espécie de contrato entre o entrevistador/pesquisador e o entrevistado/narrador de si. O pesquisador será o ouvinte (leitor) daquilo que se narra e o narrador oral (autor-narrador-personagem) será o enunciador de um fato de sua história de vida. Esse contrato se refere especificamente à proposta de o autor dizer (escrever) a verdade de si e apenas a verdade a um ouvinte (leitor) que confia nessa fidelidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 3 ed. São Paulo: Universidade de Brasília, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. 7ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; vol. I).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 13ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRANDÃO, Vera Maria Antonieta Tordino. **Labirintos da memória**: quem sou? São Paulo: Paulus, 2008.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 5ª ed. revista. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

_____. **Vaqueiros e cantadores**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro, 2003.

HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger (Org.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. 2ª. ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a literatura medieval**. Trad. Amálio Pinheiro; Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Cia das letras, 1993.